

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Curso de Bacharelado em Museologia



Monografia

Além das colunas do templo:

Um estudo do Museu Maçônico Rocco Felipe

Márcio Dillmann de Carvalho

Pelotas, 2011

Márcio Dillmann de Carvalho

**Além das colunas do templo:
Um estudo do Museu Maçônico Rocco Felipe**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientador: Prof. MS. Daniel Maurício Viana de Souza

Pelotas, 2011

Banca examinadora:

Prof. MS. Daniel Maurício Viana de Souza

Prof^a. Dr^a. Carla Rodrigues Gastaud

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer a algumas pessoas que diretamente são responsáveis por esta caminhada cheia de desafios, conhecimento, amizade e companheirismo, que fizeram parte de minha permanência no curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas.

O curso de Museologia foi para mim uma real e grata oportunidade, creio que ele se torna tão gratificante por que é representado por docentes de grande capacidade, professores de diferentes características, mas que mostram amor pelo que fazem, por isso agradeço a todos os professores.

Agradeço a uma pessoa em especial, que pessoalmente representa de forma digna a museologia e a memória da história de Pelotas e região, a Profa. Dra. Maria Leticia Mazzucchi Ferreira, que foi uma das fundadoras e primeira coordenadora de nosso curso e também minha orientadora na pesquisa da bolsa de Patrimônio Industrial.

Agradeço a um grande profissional museólogo, que além da oportunidade de ser meu orientador em projetos no curso, é orientador desta monografia, Prof. Daniel Maurício Viana de Souza, que sempre de maneira construtiva demonstrava as importantes faces da Museologia.

O que dizer para as pessoas que são a razão de minha felicidade, minha família, Elis e meu filho Lucas, que por pouco não se forma comigo, pois muitas vezes estava presente em aula, com sono e incomodado, mas com sua inteligência e capacidade, mesmo com sua pouca idade, sempre deixava claro a vontade de ajudar e participar.

Para a execução deste projeto e sua pesquisa, não poderia deixar de agradecer a membros da Loja Fraternidade N° 3, que de maneira fraternal auxiliaram neste trabalho, são eles: Sr. Paulo da Cruz Barragan, Sr. Luiz Albino Colomby, Sr. Claudiomar Lopes Barcellos, Sr. Renato Luis Araújo Peres, Sr. Marinaldo Corllet, Sr. José Ananias Silveira do Amaral, Sr. Paulo Hermeto Orey Torre, Sr. Allan Kardec Brasil da Gama e do Museu Maçônico Lusitano em Lisboa -Portugal, agradeço ao diretor Sr. Antônio Lopes.

Por fim agradeço a todos os colegas que ajudaram nesta caminhada.

“Confusa época em que os museus
se transformam em igrejas e
igrejas em museus.”

Jean Cocteau

Resumo

CARVALHO, Márcio Dillmann de. **“Além das colunas do templo: Um estudo do Museu Maçônico Rocco Felipe”**. 2011. 57f. Monografia, Bacharelado em Museologia, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS.

Resumo: Essa monografia busca analisar as características do Museu Rocco Felipe, instituição museológica maçônica gerida pela Loja Maçônica Fraternidade nº 3 no município de Pelotas - RS. Esta análise consiste de pesquisa e investigação de seu processo de criação, aquisição de acervo e suas normas que a levam ao caráter privativo. Identificaremos suas relações conflitantes com a Política Nacional de Museus e apontaremos, por fim, sugestões que possam contribuir para a reformulação e adequação deste importante espaço de guarda de patrimônio.

Palavras-chave: maçonaria, Estatuto Nacional de Museus, privado-privativo, Museu Rocco Felipe.

Lista de Figuras

Figura 1: Periódico maçônico – O Templário –1922.....	24
Figura 2: Foto Antiga – Loja Fraternidade Nº 3.....	25
Figura 3: Foto Atual – Loja Fraternidade Nº 3.....	25
Figura 4: Sr. Rocco Felipe.....	27
Figura 5: Balaústre – Loja Fraternidade Nº 3.....	29
Figura 6: Expositores Museu Rocco Felipe.....	29
Figura 7: Itens Maçônicos.....	30
Figura 8: Pequena peça de cerâmica.....	33
Figura 9: Livro Tombo	41
Figura 10: Museu Maçônico Lusitano.....	43
Figura 11: Exposição Museu Maçônico Lusitano.....	43
Figura 12: Museu Maçônico Lusitano.....	43
Figura 13: Acervo daa Loja União Constante.....	44

Anexos

A- Projeto de Inventário do Museu Rocco Felipe. Fonte: Autor

B- Fotos Museu Rocco Felipe. Fonte: Autor

Lista de abreviaturas

CNM – Cadastro Nacional de Museus

ENM – Estatuto Nacional de Museus

FACUL – Faculdade de Ciências Universidade de Lisboa - Portugal

GLOJARS – Grande Loja do Rio Grande do Sul

GOL – Grande Oriente Lusitano

GORGS – Grande Oriente do Rio Grande do Sul

ICOM – Conselho Internacional de Museus

PNM – Política Nacional de Museus

SBM – Sistema Brasileiro de Museus

Abreviaturas maçônicas

Aug.: - Augusta

Fund.: – Fundadora

Gr.: - Grande

Loj.: - Loja

Resp.: - Respeitável

Sesq.: - Sesquicentenária

Simb.: - Simbólica

Sumário

Introdução	12
CAPÍTULO 1: A Pedra Fundamental	15
1.1 Conceito de Maçonaria.....	15
1.2 A Maçonaria no Brasil	19
1.3 A Maçonaria gaúcha e pelotense.....	21
CAPÍTULO 2: O Museu Rocco Felipe	26
2.1 Os adornos do museu.....	26
2.2 Suas colunas: arquivismo e colecionismo.....	31
2.3 A chave da prudência.....	34
CAPÍTULO 3: O Museu e a Legislação	36
3.1 Museu x Estatuto.....	36
3.2 Faça-se a luz.....	40
Considerações Finais	46
Fontes Primárias	49
Referências Bibliográficas	50
Anexos	54-57

INTRODUÇÃO

Esta monografia foi desenvolvida para demonstrar a necessidade de atualização e reorganização de instituições museológicas marcadas por certas peculiaridades, como não estar organizadas ou juridicamente constituídas. Este é o caso do Museu Maçônico Rocco Felipe, instituição ligada a Loja Maçônica Fraternidade Nº 3, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Tal trabalho é fruto de uma motivação pessoal, a da possibilidade de ajudar uma instituição museológica que tem muito a contribuir com a memória e a história do município de Pelotas. É intenção também, procurar apresentar os valores desta importante organização chamada Maçonaria.

Para entendermos melhor as características peculiares aos museus vinculados à Maçonaria, investigaremos esta organização secular, que tem em seu perfil uma história regada de riquezas, controvérsias e discrição. A Maçonaria mesmo com várias vertentes teóricas, tem o início de sua fase moderna estabelecido no ano de 1717, com a criação do Grande Oriente da Inglaterra, mas anteriormente já se mostrava influenciada por filosofias e associações que buscavam unificação e ajuda mútua, como as irmandades e as confrarias da Idade Média.

A Maçonaria teve seu início no Brasil através da chegada de estrangeiros, juntamente com as referências de jovens que iam estudar na Europa em universidades como Coimbra e Montpellier, que em seu retorno traziam consigo a filosofia maçônica. Fontes bibliográficas determinam que em 1797 surgia em nossa nação a Loja denominada Cavaleiros da Luz, na Barra, Bahia, mas que a primeira oficina regular reconhecida pela Grande Loja da Inglaterra é a Loja Reunião, fundada em 1801 no Rio de Janeiro.

No Rio Grande do Sul algumas instituições maçônicas surgiram interligadas aos Gabinetes de Leitura, locais que eram espaços de informações, cultura e principalmente de idéias. Em Porto Alegre, um Gabinete de Leitura em especial era responsável pela publicação do periódico intitulado Continentino, que encobria uma organização maçônica, a primeira Loja do Estado, Filantropia e Liberdade, fundada em 25 de dezembro de 1831. Em Pelotas, a presença da Maçonaria tem início em 1843, com a criação da Loja Maçônica Protetora da Orfandade e em

1915 ocorre a união de três Lojas da região, "Honra e Humanidade", "Rio Branco" e "Lealdade", denominando-se Lojas Unidas Honra e Humanidade, Rio Branco e Lealdade, que em 1923 torna-se a Loja Fraternidade, onde se encontra hoje o Museu Rocco Felipe.

O Museu Rocco Felipe tem características divergentes de instituições convencionais. Devido à filosofia maçônica, ele recebe a herança do “segredo” ou da “discrição”, que faz com que o museu seja muito “fechado” – são poucos aqueles que o visitaram ou tem conhecimento de sua existência. Seu acervo é composto de itens relacionados com o dia-a-dia da Loja, documentos administrativos, jóias, aventais e insígnias. Esta instituição demonstra carência de organização e documentação, necessitando de atualizações direcionadas pelas bases e diretrizes museológicas atuais, hoje representadas no Estatuto Nacional de Museus.

Os objetivos aqui buscados são de esquadrihar as especificidades do Museu Maçônico Rocco Felipe, procurando entender os liames de um intrincado e controverso quadro que se estabelece entre a característica “discreta” da Maçonaria e o compromisso público dos museus. Dessa maneira, intenta-se ainda, propor sugestões que apontem caminhos para uma necessária adequação dessas instituições aos parâmetros museológicos contemporâneos. O Museu Maçônico Rocco Felipe é rico em informação e história, sendo assim, organizá-lo e conseqüentemente, definir com clareza sua missão e seus meios de alcançá-la, pode transformá-lo em uma grande ferramenta de geração de conhecimento e pesquisa em nossa região.

Para esse trabalho utilizamos uma metodologia de cunho qualitativa, visando assim, analisar de forma sensível os fatores que caracterizam nosso objeto de pesquisa, considerando sua imersão no terreno das práticas e relações sociais. Como procedimentos metodológicos, optou-se pela revisão bibliográfica, além ainda de levantamento e pesquisa das fontes documentais do Museu Maçônico Rocco Felipe, para que seja possível assim, propor um diálogo com as diretrizes e normas que regulam atualmente as entidades museológicas brasileiras, o Estatuto Nacional de Museus.

Esta monografia está dividida em 3 capítulos: no primeiro é apresentada, de forma breve, a história da Maçonaria, alguns conceitos, sua chegada no Brasil, Rio Grande do Sul e Pelotas; no segundo capítulo abordamos o Museu Maçônico Rocco Felipe, as características do seu acervo, que vão do colecionismo ao arquivismo e seu caráter privativo; e no terceiro capítulo relacionamos o Museu Rocco Felipe com o Estatuto Nacional de Museus, tecemos sugestões para o melhor enquadramento e aproveitamento do museu de acordo com as características

museológicas atuais. Para tanto, apresentamos ainda, alguns exemplos de instituições de similar tipologia, que já mostram consideráveis aprimoramentos na perspectiva museológica. Por fim serão formuladas considerações com base nos quadros anteriormente relatados.

CAPÍTULO 1 : A PEDRA FUNDAMENTAL

São inúmeras as instituições de diferentes características, que tem em seu poder uma considerável quantidade de peças, coleção ou acervos que formam muitas vezes, o que é por elas denominado de museu ou memorial. Para entender melhor as relações e conjecturas da instituição que aqui apresento, o Museu Rocco Felipe, é preciso definir e conceituar a Maçonaria, seu desenvolvimento no Brasil, além de suas características e especificidades no Rio Grande do Sul e em Pelotas.

1.1- Conceito de Maçonaria

São inúmeras as definições e conceitos que se podem encontrar a respeito da Maçonaria, seja considerando sua filosofia, ritualística ou organização. Um dos aspectos mais importantes desta entidade, contudo, está ligado ao contexto da “sociedade e suas relações sociais”, comumente referenciado na maioria dos trabalhos bibliográficos sobre ela – e com certeza, de real importância e significado também para a museologia.

É possível afirmar que desde o período pré-histórico, pessoas já se uniam em clãs mantidos pela idéia de sobrevivência (KROPOTKIN, 2009), subsistência e necessidades, não individualistas, mas voltados para a coletividade, o auxílio e apoio mútuo. Na Europa, durante a Idade Média, surgem instituições que através da união de grupos sociais, buscavam alcançar metas e objetivos comuns, como a proteção dos burgos, por exemplo. Claramente ali já se estabeleciam as ideologias mutualistas¹, de caráter de ajuda mútua, solidariedade e muitas vezes oposição aos poderes estabelecidos. Entre estes núcleos organizacionais podemos citar as Guildas, associações originadas nos países escandinavos, introduzidas pelos Francos², próximo

¹ Mutualismo: Sistema de ajuda mútua entre um grupo de associados. (GOMES, 2006. p. 20).

² Uma das castas germânicas que adentraram no espaço do Império Romano por volta do século V. (COSTA, 2011, p. 100).

ao século XII. Este grupo tinha como prática a solidariedade e ajuda entre seus membros, constituídos principalmente por mercadores e camponeses.

Neste contexto, foram igualmente importantes as “confrarias”, que resultaram principalmente da ação do Cristianismo para assimilar os grupos associativos existentes, e claro, os povos pagãos. Por esse motivo seu caráter inicialmente era religioso, mas logo surgiram outros tipos de confrarias: As das profissões, onde se reuniam mestres e aprendizes; E as de caridade, ainda de forte inclinação religiosa, agiam no campo da solidariedade e auxílio mútuo.

Tendo sua origem na Idade Média, sem uma data precisa, mas é neste período histórico entre os séculos XII e XIII que se propagam em toda a Europa essas confrarias com objetivo de ajudar uns aos outros como forma de caridade e empatia, possivelmente uma inspiração de instituições romanas que surgiram na antiguidade. Conhecidas como comunidades fraternais tendo em seu foco principal a vida espiritual e assistencialista, nem por isto permaneceu com seu objetivo central. (SILVA, 2008, p. 1)

Ainda sobre as confrarias:

Em termos genéricos uma confraria define-se como uma associação, entendendo-se, por associação uma reunião voluntária de pessoas que perseguem um objectivo comum, permanente, num sistema de relações recíprocas. Ainda que hoje seja elevado o número de confrarias, foi na Idade Média que se pode considerar que tiveram o seu grande incremento; não origem, porquanto tiveram por antecedentes os “collegia” romanos e as “gildas” germânicas, ambas com a doutrina cristã como fermento ideológico e psicológico dinamizador. (GHIRA, 2011)

Podemos descrever ainda as “associações de companheiros” (*Compagnonnage*), que se iniciam como forma de associativismo advindo das primeiras construções de catedrais no século XII, onde o trabalho, convívio e por que não dizer, a prática e o conhecimento, conduziu artesãos, empregados e companheiros à necessidade de se unirem e agruparem de forma organizada, com o dever de ajuda mútua em casos como doenças, velhice e morte. Esta forma de associação é de grande proximidade com a filosofia maçônica, e remonta uma associação bem mais antiga

envolta de atribuições lendárias, a dos “*Kassideanos*”, operários que tomaram parte na construção do Templo de Salomão de Jerusalém, 950 anos antes de Cristo, e que se agruparam para se protegerem dos riscos que os ameaçavam no decorrer desta grande obra.

Podemos citar ainda as irmandades de cunho religioso, que prosperaram devido ao crescimento do cristianismo em muitas regiões, e claro, os Colégios Romanos introduzidos pelo Rei Numa Pompílio, em Roma no ano 715 AC, que ao verificar os conflitos gerados pelas diferenças entre os romanos e os povos anexados nos processos de dominação, criou grupos ou grêmios que abrigavam profissionais de diversos ofícios. O “*Collegium*”³ teve influência fundamental nas confrarias de construtores da Idade Média.

À Maçonaria, com certeza é possível atribuir diversos significados, estes com características próprias e segmentados por profissionais de diversas áreas. A instituição é permeada pelo que muitos chamam de “segredo”, atualmente, porém, muitos maçons preferem considerar como “discreto”. Nota-se uma divisão coerente que deve ser observada, dizendo respeito às fontes históricas e à bibliografia sobre a Maçonaria.

(...) observamos e cartografamos três conjuntos historiográficos: o primeiro, composto de obras com conteúdos de uso interno da ordem; o segundo, constituído de obras relacionadas com a história da maçonaria, escritas por historiadores descomprometidos ideologicamente com a instituição, e o terceiro grupo, aquele que reúne historiadores preocupados com a história da maçonaria em razão de um comprometimento ou engajamento ideológico favorável ou contrário à instituição.(COLUSSI, 1998, p. 16)

Conceituar a Maçonaria, portanto, não é uma tarefa simples devido à grande quantidade de definições a ela atribuídas:

- “Sociedade filantrópica secreta que tem por símbolo os instrumentos do pedreiro e do arquiteto” (FERREIRA, 2008, p. 300);
- “(...) associação fraternal, possuidora de uma organização baseada em rituais e símbolos na qual o segredo ocupa papel fundamental. É uma instituição que foi e permanece sendo acessível principalmente ao sexo masculino e que tem por objetivos o aperfeiçoamento intelectual da sociedade, de seus filiados, e a

³ Na etimologia latina significa confraria, associação, colega, corporação, companheiro do mesmo ofício. (TONINI, 2003)

promoção da ação filantrópica interna e externa; caracteriza-se por não orientar política e religiosamente seus membros.” (COLUSSI, 1998, p. 25);

- “(...) uma forma de sociabilidade típica da filosofia iluminista do século XVIII, marcada pelo racionalismo e pelo liberalismo. Estão presentes as ideais de secularização, de igualdade jurídica, de formas contratuais e democráticas de poder político, assim como a crença num princípio criador, caracterizado pelo deísmo, e maçonicamente designado por Grande Arquiteto do Universo.” (TAVARES, 2010, p. 3)

De acordo com Moretti (2009, p. 9), a origem da Maçonaria remonta aos séculos finais da Idade Média, às corporações de ofício dos pedreiros especializados, oriundos de construtores de catedrais, denominados de franco-maçons. Esta fase inicial é denominada como Maçonaria Operativa, suas reuniões uniam aprendizes e mestres para debater e trocar informações sobre sua profissão, com o objetivo de garantir entre os integrantes das oficinas de pedreiros-livres, os conhecimentos adquiridos na área da construção. Observamos as relações no significado das palavras francesa *maçonnerie* e a inglesa *masonry* – alvenaria e pedreiro.

Existem documentos muito antigos considerados maçônicos, como o de Bonifacci De Cario (Bolonha, 8 de agosto de 1248), e o Poema Régio (*Regius Poem*) escrito por volta de 1390. Já na Idade Moderna o primeiro registro da palavra “maçom” foi feito pelo inglês Elias Ashmole (1617-1692)⁴. Na Europa, já nos séculos XVI e XVII a instituição sofre alterações, assumindo novos integrantes. Profissionais de ofícios diferentes dos construtores passaram a ser aceitos nas lojas⁵, dentre eles arquitetos, príncipes e bispos. Essa transformação resultou na denominação atual de “Maçonaria especulativa”, que mesmo com alterações estruturais, manteve perpetuados rituais e símbolos do período medieval.

Desta tradição são fundamentados os principais documentos da organização legal maçônica, os *Landmarks*⁶ e a Constituição de Anderson⁷, sendo eles normas ou regras de conduta da vida de um maçom. A data oficial da fundação remonta ao ano de 1717, na Inglaterra no dia

⁴ Elias Ashmole foi antiquário e químico, e registrou em seu diário – 16 de outubro de 1646 – que havia sido feito maçom livre, em Warrington, Lancashire.

⁵ Célula básica da organização maçônica. Local onde se reúnem os maçons. Origem primitiva da palavra em latim, *locus*, lugar. (PUSCH, 1982).

⁶ Diploma básico da doutrina maçônica. Nele são expressos os princípios fundamentais da organização da Maçonaria. (PUSCH, 1982).

⁷ A constituição de Anderson foi elaborada em 1721 pelo escocês James Anderson, grão-oficial da Loja de Londres em Westmister. Foi o primeiro livro maçônico editado na América, por Benjamin Franklin.

24 de junho (Dia de São João Batista⁸), em reunião na cervejaria Goose & Grifiron de St. Paul, onde foi criada da Grande Loja da Inglaterra (Maçonaria especulativa).

O que é decorrente, enfim, é a grande diversidade de contextos filosóficos que formam esta instituição, constituída por homens livres que se denominam entre eles irmãos, cultuando a liberdade, fraternidade e igualdade entre os homens, inspirados por princípios de tolerância, justiça e filantropia. No Brasil, esses valores também estavam presentes e foram influência marcante em alguns fatos históricos do país.

1.2- A Maçonaria no Brasil

No Brasil, a chegada de estrangeiros em períodos pós 1500, trazia consigo maçons, e mesmo que a história da Maçonaria brasileira ainda hoje possua lacunas, podemos lançar idéias deste embrião em momentos históricos do país. Os principais períodos de chegada são os da ocupação da França e Holanda em regiões do país, como na Ilha de São Luis do Maranhão (França Equinocial), cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (França Antártica), cidade de Recife e parte dos atuais estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas (Holanda).

Acredita-se, segundo Carvalho (2010, p. 32), que a primeira loja maçônica no Brasil teria sido formada por tripulantes da fragata francesa *La preneuse* em 1797, que montaram a Loja denominada Cavaleiros da Luz, na Barra, Bahia. Mas a primeira loja regular⁹ no Brasil foi a Loja Reunião¹⁰, fundada em 1801 no Rio de Janeiro, filiada ao Oriente¹¹ da Ilha da França, antigo nome das Ilhas Maurício.

Três anos depois ocorre a criação das Lojas Constância e Filantropia, no Rio de Janeiro, influenciadas pelo Grande Oriente Lusitano¹², que estabelecem em conjunto com a Loja Reunião, um momento de regularização maçônica brasileira. Poucos anos mais tarde, porém, estas lojas

⁸ Alguns consideram São João Batista como patrono da Maçonaria (Batista = batismo-iniciação), outros alegam que é São João Evangelista, mas a grande maioria atribui o título a São João Esmoler (São João de Jerusalém), que fundou a Ordem dos Templários, depois Cavaleiros de Jerusalém. (MORETTI, 2009)

⁹ Loja regular é a oficina que age conforme as regras, leis e normas, sendo reconhecida pelas demais. (PUSCH, 1982, p.134)

¹⁰ A Loja Reunião foi sucessora da Loja União (1800), fundada no Rio de Janeiro por um grupo de portugueses.

¹¹ Local ou região geográfica onde funciona a Loja.

¹² O Grande Oriente é o órgão superior as Lojas, em um país ou região. O grande Oriente Lusitano foi a potência maçônica portuguesa que impulsionou e apoiou a criação de Lojas no Brasil, sua fundação dá-se em 1802, quando obteve o reconhecimento da Grande Loja da Inglaterra “Loja mãe”. (MORETTI, 2009, p. 50)

são fechadas devido aos atos de proibição deliberados em 1806 pelo Vice Rei do Brasil, D. Marcos de Noronha, o 8º Conde dos Arcos, que se opunha à Maçonaria e seu trabalho. Por outro lado, estes atos não foram fortes o suficiente para impedir a criação de lojas em outras regiões do país.

Existem também, indícios de que a Maçonaria teria penetrado no Brasil ao final do século XVIII e início do XIX, por meio de jovens que iam estudar na Europa em universidades como Coimbra e Montpellier. Parece, porém, que o embrião maçônico teve distintas causas e formações, relacionadas com aspectos individuais de cada país, estado ou município onde estas se instalavam. É importante destacar que no Brasil as “associações” surgiram em vários locais, formando grupos, sejam sociedades políticas ou literárias, muitas vezes ligadas a órgãos de imprensa com princípios liberais – estes não “regularmente” maçônicos, mas compostos por maçons.

O desenvolvimento de muitas destas sociedades no Brasil estava ligado a ideais, filosofias e postura política, discretamente e efetivamente influenciada pela ideologia maçônica.

As sociedades políticas e literárias difundidas em algumas regiões do Brasil, na segunda metade do século XVIII, foram os primeiros espaços para a penetração do movimento maçônico. Essas sociedades, em sua maioria, possuíam finalidades políticas, assumindo ideias anticolonialistas, fundamentais para o processo de independência do país, e se constituíram num espaço importante na difusão do liberalismo no Brasil. Em muitas dessas reuniões literárias e/ou políticas, já havia a participação de liberais maçons, iniciados na maçonaria quando estudantes na Europa. Ao retornarem ao Brasil, contribuíram na divulgação do liberalismo, do anticolonialismo e também das ideias maçônicas. (SILVA, 2009, p. 23).

A história da Maçonaria brasileira é cheia de cisões, sejam elas causadas por divergências, ideais, projetos políticos e disputas pessoais. Podemos citar o episódio da Revolução Pernambucana de 1818, ligada diretamente aos auspícios revolucionários e liberais. Entre seus membros estavam maçons, o que provocou a repressão por alvará, com força de lei, publicada por D. João VI, em 10 de março de 1818, pelo qual declarava proibidas e criminosas todas e quaisquer sociedades secretas de qualquer denominação, formas e nomes. A Maçonaria só volta com força após o retorno de D. João para Portugal.

Nos acontecimentos que levaram a independência do Brasil, existiu a participação de membros da Maçonaria, mas os principais líderes tinham opiniões e posições antagônicas: José Bonifácio de Andrada e Silva¹³ queria uma emancipação política de Portugal, mas, com a criação de uma comunidade Brasilico-Lusa. Já Joaquim Gonçalves Ledo¹⁴ queria a República. D. Pedro I¹⁵ passa a pretender sua admissão, talvez notando a grande influência e força que a instituição exercia, sendo conduzido por José Bonifácio de Andrada e Silva e iniciado no dia 2 de agosto de 1822, recebendo o nome simbólico de Guatimosin¹⁶. Três dias depois, por proposta de Joaquim Gonçalves Ledo, fora elevado ao grau de Mestre¹⁷, e posteriormente elevado a Grão Mestre¹⁸ do Grande Oriente do Brasil. Por outro lado, D. Pedro tinha idéias e posições diferentes para o país, criando um rompimento com as duas autoridades maçônicas, e no dia 25 de outubro de 1882, D. Pedro I, Imperador do Brasil e Grão-mestre do Grande Oriente do Brasil, suspende novamente o funcionamento da Maçonaria por motivos políticos.

1.3- A Maçonaria gaúcha e pelotense

Ao descrever a Maçonaria gaúcha podemos simplesmente lembrar que as primeiras lojas propriamente ditas, que aqui surgiram, assim como nas demais províncias, advinham de organizações conhecidas e bem articuladas. No caso do Rio Grande do Sul, podemos citar um Gabinete de Leitura¹⁹, em Porto Alegre, que publicava um pequeno periódico intitulado Continentino, sendo na realidade uma congregação maçônica, originária dela a primeira loja

¹³ José Bonifácio de Andrada e Silva, nascido a 13 de junho de 1763, em Santos (SP), cientista político e Ministro de Estado, teve participação na permanência de D. Pedro no Brasil. Fundador do Grande Oriente do Brasil, primeiro Grão Mestre. Em 1831, após a abdicação, D. Pedro I nomeou Bonifácio como tutor de seu filho D. Pedro II. (LIMA, 1930, p. 78)

¹⁴ Joaquim Gonçalves Ledo nasceu a 11 de dezembro de 1781, em Cachoeira de Macacú, Rio de Janeiro. Republicano fervoroso que teve grande participação no movimento para a permanência do Príncipe no Brasil. "Dia do Fico".

¹⁵ D. Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon, nasceu em 1798, no Paço da Real Quinta de Queluz, em Portugal, 4º filho de D. João VI e de Dna. Carlota Joaquina, foi o 1º Imperador do Brasil, proclamou a Independência, no dia 7 de Setembro de 1822. São de sua autoria o Hino da Independência e o Hino Maçônico.

¹⁶ Guatimosin foi o último imperador Asteca – México. Defendeu o seu Império contra os invasores espanhóis, comandados por Cortês.

¹⁷ Mestre da Loja Comércio e Artes.

¹⁸ Grão Mestre: Autoridade máxima de uma Potência Simbólica. (PUSCH, 1982)

¹⁹ Também chamados Grêmios Literários, foram locais onde se podia alugar livros. Eram espaços destinados à socialização, debate de idéias e política. (DELMONTE, 2010)

maçônica comprovadamente no estado, denominada Filantropia e Liberdade, fundada em 25 de dezembro de 1831 pelo Grande Oriente do Passeio.

A Maçonaria no Rio Grande do Sul tem seu desenvolvimento marcado, também, pelo advento da Revolução Farroupilha. Este embate trazia em seu contexto ideais e atores ligados à Maçonaria, defendendo visões liberais e divergentes em oposição ao Império brasileiro. Por outro lado, a própria Revolução foi um fator de impedimento do amplo desenvolvimento da Maçonaria no Estado. De acordo com Colussi (1998, p. 156),

(...) na década de 1830 a 1840, a maçonaria não estava instalada em todas as cidades e povoados sulinos, a própria instabilidade generalizada decorrente da guerra impedia um funcionamento mais ou menos normatizado; com isso, novamente nos referimos ao fato de que a Guerra dos Farrapos protelou a efetiva instalação e expansão da maçonaria gaúcha.

O desenvolvimento da Maçonaria gaúcha também está ligado diretamente ao processo de chegada de imigrantes ao Rio Grande do Sul. Assim como o início da organização maçônica no país, estrangeiros de diversas nacionalidades trouxeram de seus países de origem as práticas e a filosofia desta instituição.

No município de Pelotas a presença oficial da Maçonaria começa em 1843, sob influência da imigração francesa, com a criação da Loja Maçônica Protetora da Orfandade. Sabemos ainda pela edição do dia 7 de setembro de 1922 do periódico maçônico “O Templário”, que em 1848, esta loja inicia a construção do prédio para seu Templo localizado à Rua Doutor Flores, atual Andrade Neves, a construção do prédio encerra em 1849. Neste mesmo prédio funcionaram posteriormente as oficinas da Livraria Comercial.

Outras informações retiradas dos documentos, manuscritos e cartas pertencentes ao acervo da Loja Fraternidade, dão conta que no dia 7 de dezembro de 1847 é fundada a Loja Maçônica denominada Commercio e Industria, cujo templo estava localizado à rua dos Coqueiros, hoje Gonçalves Chaves, onde é atualmente a Capella do Asylo de Órphãs. No dia 3 de fevereiro de 1853, ambas as lojas resolvem se fundir, tendo como denominação de Loja União

e Concórdia, funcionando no prédio da Commercio e Industria, à rua Gonçalves Chaves. O antigo prédio da Protetora da Orphandade fora vendido.

A Loja Honra e Humanidade foi criada em 25 de agosto de 1855, seus componentes eram quase em sua maioria da Loja União e Concórdia, que a partir disso deixa de existir. A Honra e Humanidade edificou seu templo à Rua Andrade Neves, 2202 onde é a atual Loja Fraternidade Nº 3.

Em 13 de março de 1871 surge na cidade a Loja Artistas. Alguns anos depois integrantes desta oficina fundam em 14 de novembro de 1881 a Loja Rio Branco, se dissolvendo a parte restante.

Uma das lojas mais lembradas pelo seu esforço na abolição da escravatura foi a Loja Fraternidade e Honra, fundada nesta cidade em 16 de novembro de 1873, tendo a presença do Grão-mestre Dr. Joaquim Saldanha Marinho²⁰ para o lançamento da pedra fundamental. Este templo foi erguido na Rua 15 de Novembro, entre Dr. Cassiano e Major Cícero. Neste mesmo prédio funcionou a Loja Salomão, fundada em 1901, que contava com bom número de maçons, mas teve poucos anos de existência.

No ano de 1915 se realiza a fusão de três importantes Lojas da região, as Lojas Maçônicas "Honra e Humanidade" e "Rio Branco", ambas de Pelotas, e "Lealdade" do Capão do Leão. A nova Loja tomou a denominação de Lojas Unidas Honra e Humanidade, Rio Branco e Lealdade, sendo responsável pela fundação do periódico maçônico "O Templário", publicação que teve sua primeira edição lançada no dia 17 de janeiro de 1920.

²⁰ Joaquim Saldanha Marinho nascido em Olinda, no dia 4 de maio de 1816, foi político, sociólogo e jornalista, presidente das províncias de Minas Gerais e São Paulo, durante o Império. Grão-mestre da Maçonaria, tinha como nome simbólico de Ganganelli. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 27 de maio de 1895.



Figura 1- Periódico maçônico – O Templário, 1922.
Fonte: Acervo Museu Rocco Felipe.

Em nota, o Venerável Mestre Sr. Alípio Baptista de Oliveira, na época diretor do periódico, fez uma sugestão referente ao tamanho extenso do nome da Loja. Esta sugestão foi acolhida, fazendo então com que, a partir de 06 de março de 1923 a Loja passasse a ser denominada Fraternidade, tendo seu primeiro Venerável Mestre²¹ o Sr. Rocco Felipe.

A Loja Fraternidade no dia 17 de novembro de 1927, acreditando no “*obstinado isolamento voluntário*”²² do Grande Oriente do Rio Grande do Sul- GORGS, por motivos como o não acompanhamento da tendência mundial da separação da Maçonaria vermelha da Maçonaria azul²³, desliga-se deste Oriente. Por consequência desta cisão, no dia 08 de janeiro de 1928, em conjunto com as Lojas “Rocha Negra” de São Gabriel, “Caridade Santannese” de Santana do Livramento, “Fraternidade” de Pelotas e a “Amizade” de Bagé, é criada em sessão nesta última cidade, a Grande Loja Maçônica do Estado do Rio Grande do Sul. A GLOJARS teve sua

²¹ Venerável Mestre: Primeira dignidade em hierarquia em uma Loja. (PUSCH, 1982)

²² Manifesto da Loja Fraternidade para todas as Lojas Maçônicas da Jurisdição Rio-Grandense - Pelotas, 17 de novembro de 1927. Neste texto a Loja Fraternidade descreve seu descontentamento com o Grande Oriente do Rio Grande do Sul, por fim informando sua desfiliação desta entidade.

²³ A Maçonaria em seu Rito Escocês Antigo e Aceito tem em suas características uma divisão de seus graus de ensinamento, os graus simbólicos que são do 1º ao 3º - Maçonaria Azul, e os graus filosóficos que vão do 4º ao 33º, Maçonaria Vermelha. (PUSCH,1982)

primeira sede localizada em Pelotas na Loja Fraternidade, e em 1936 se transfere para a capital do Estado.

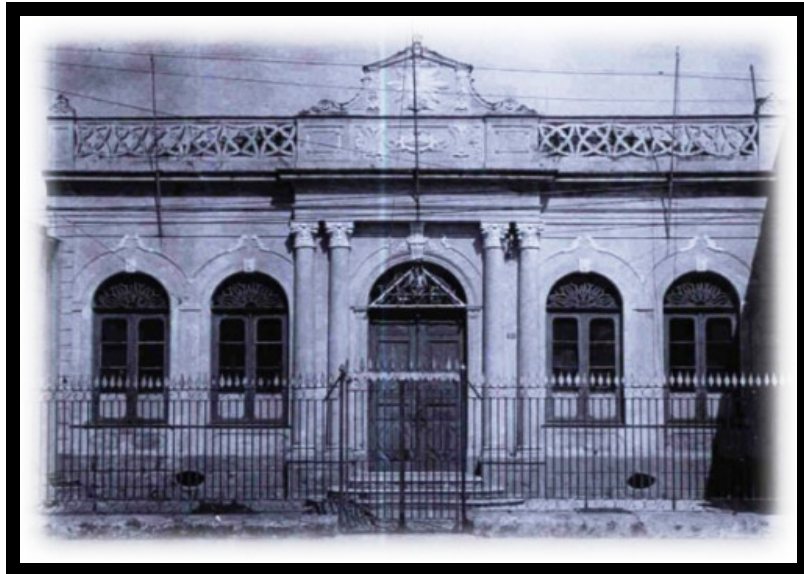


Figura 2 – Foto Antiga - Loja Fraternidade nº 3.
Fonte: Acervo Museu Rocco Felipe.



Figura 3- Foto atual- Loja Fraternidade N° 3.
Fonte: Acervo Loja Fraternidade N° 3.

CAPÍTULO 2: O MUSEU ROCCO FELIPPE

O museu Rocco Felipe é repleto de itens que divergem bastante das características de museus convencionais, objetos estes relacionados com a ritualística, filosofia, normas, diretrizes, convenções e leis envoltas na realidade privada, por que não dizer “discreta” da Maçonaria. Neste capítulo apresentaremos as características do museu e seu acervo, considerando as suas influências colecionistas e arquivísticas, procurando, além disso, analisar seu caráter privativo, e as possíveis implicações decorrentes desta peculiaridade.

2.1 - Os adornos do museu

O museu Rocco Felipe está localizado nas dependências da Loja Maçônica Fraternidade Nº 3, em prédio situado à Rua Andrade Neves 2202, que consta em zona de preservação do Patrimônio Cultural da Cidade de Pelotas²⁴. Seu espaço consiste em uma única sala, na qual as paredes são repletas de pinturas e reproduções fotográficas, e muitos dos itens estão alocados em antigos expositores. Possui também, dois grandes balcões nos quais além de peças expostas, encontram-se armazenados documentos e demais objetos – que serão aqui abordados mais adiante.

Na instituição maçônica e no museu propriamente dito, algumas questões ainda permaneciam sem resposta: Quando se deu sua formação? Qual foi o interesse da “criação” do museu? E se seu espaço sempre foi reconhecido como instituição museológica, ou simplesmente um local onde peças e objetos eram armazenados? Segundo o ex-Venerável-Mestre, Sr. Claudiomar Lopes Barcellos²⁵, os acervos já existiam desde sua entrada na oficina²⁶, além ainda de uma biblioteca que era composta de centenas de obras de cunho maçônico.

²⁴ Lei Nº 4.568, do dia 7 de julho de 2000, instituído pela Prefeitura Municipal de Pelotas. Declara áreas da cidade como zonas de preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas.

²⁵ Sr. Claudiomar Barcellos, maçom, ex-Venerável da Loja Fraternidade, iniciado em 11 de novembro de 1951. Informação oral obtida através de entrevista, dia 3 de janeiro de 2011.

²⁶ Oficina: Local do trabalho dos obreiros – Loja. (PUSCH, 1982)

As pesquisas realizadas por ocasião do desenvolvimento desta monografia identificaram inicialmente que o único documento referente ao museu era o Ato nº 02/96, datado do dia 20 de abril de 1996. O Sr. José Ananias Silveira do Amaral, Venerável Mestre na ocasião, determinava que o museu da Loja Fraternidade Nº3, a partir daquele momento se denominaria Museu Rocco Felipe. Comerciante Italiano nascido em 1876, Sr. Rocco Felipe foi iniciado na Maçonaria no Rio de Janeiro, na Loja Capitular Salomão, sendo ele o primeiro Venerável Mestre da Loja Fraternidade Nº 3, em 1923.

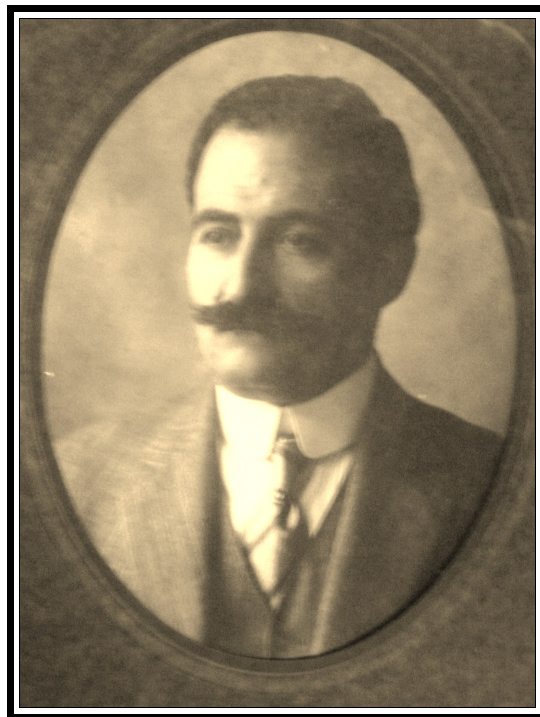


Figura 4- Sr. Rocco Felipe.
Fonte: Acervo autor, 2010.

Após vários contatos com membros da Loja Fraternidade nº3, notava-se que seria necessária uma busca documental nos balaústres²⁷, para assim tentar descobrir um pouco da história do Museu. No último contato com o ex-Venerável mestre Sr. Allan Kardec Brasil da Gama²⁸, surge então uma versão da criação do Museu Maçônico da Loja Fraternidade.

O Sr. Allan Kardec recordou que na década de 60, quando era Venerável Mestre da Loja Fraternidade Nº 3, foram realizadas reformas em algumas dependências, e na sala da entrada ao retirarem o assoalho de madeira, o Sr. João Manoel Stone Fonseca, secretário na época, encontrou abaixo, uma moeda de 200 Réis, e na ocasião ao mostrá-la para o Sr. Kardec, lhe deu a idéia de fazer um museu na Loja.

Em posse desta nova informação, foi necessário procurar suas referências documentais, para tanto, averiguamos os balaústres referentes aos anos em que o Sr. Kardec foi Venerável Mestre. Obtivemos o Balaústre nº 1447, do dia 1º de Abril de 1960, que relatava a inauguração das salas reformadas, além do muro e da fachada, que teve a presença de vários convidados entre eles o prefeito da cidade de Pelotas o Sr. João Carlos Gastal. Neste documento não existe a referência ao Museu, mas, segundo o balaústre seguinte de nº 1448, do dia 6 de abril de 1960, um maçom doava naquele dia uma faixa de Mestre-Maçom com sua respectiva jóia, para o “Museu da Loja”.

A continuação do estudo criterioso de alguns itens documentais da entidade pode trazer luz às perguntas e dúvidas aqui ainda não respondidas. Essas informações não estão presentes nos ofícios da entidade, mas poderão estar nos registros internos, os chamados balaústres, que nada mais são do que livros de atas, onde são referenciados e descritos o andamento e as informações discutidas nas sessões. “O balaústre é a memória viva da loja, devendo ser analisado com cautela, face sua função de registro histórico” (PUSCH, 1982, p. 95).

²⁷ Para a arquitetura são elementos de ornamentação, para a maçonaria é a denominação da ata das seções. (PUSCH, 1982)

²⁸ Informação oral obtida através de conversa com o Sr Allan Kardec Brasil da Gama, no Museu Rocco Felipe, dia 24 de março de 2011.

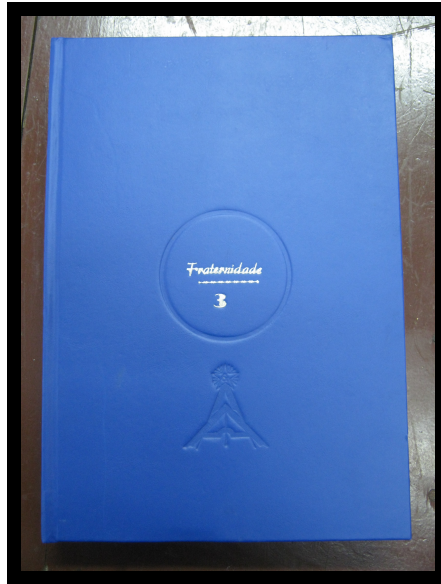


Figura 05- Balaústre - Loja Fraternidade nº3.

Fonte: Acervo autor, 2010.

Este instrumento documental pode conter comunicados ou, até mesmo comentários, de grande valia no sentido de esclarecer as indagações essenciais apresentadas anteriormente. Por outro lado, aqui se esbarra em um grande problema, o museu tem peças em seu acervo que pertenceram a outras lojas, estas que a precederam dando origem a Loja Fraternidade Nº3. Com isso, a procura por dados deve se concentrar em “todos” os documentos, partindo do século XIX.



Figura 6- Expositores do Museu Rocco Felipe.

Fonte: Acervo autor, 2010.

O processo organizacional de uma instituição centenária, de certa forma colabora com a formação natural de acervos documentais, como registros, documentos administrativos, diplomas e regulamentos. Nota-se que no ambiente do museu também são guardados os balaústres e pastas com correspondências das várias oficinas que fizeram parte da história da loja atual, enviadas e recebidas de todo o Brasil e países do exterior. Outros itens que fazem parte do museu são obras maçônicas, tais como: peças de arquitetura²⁹; fichas antigas de registros; antigas bíblias³⁰; fotos; carteiras maçônicas; jornais; itens utilizados ritualisticamente, como aventais, colares e jóias, assim como quadros, condecorações e utensílios maçônicos.



Figura 7 – Itens Maçônicos.
Fonte: Acervo autor, 2010.

Analisando o acervo do museu e principalmente as peças que se encontram expostas distribuídas em espaço expográfico, nota-se que a maior parte dos itens seriam referenciais

²⁹ Pesquisas e estudos realizados por “irmãos”, e apresentados para os demais integrantes. (PUSCH, 1982)

³⁰ Também chamadas de livros da Lei, este podendo ser o sagrado livro de outra religião.

ligados à própria vida maçônica, fazendo deste seu tema principal. Nesta análise observa-se que parte do acervo não exposto, de grande importância histórica, são as cartas e os ofícios recebidos pela instituição, mas ainda não organizados. Podemos dizer se tratar de um verdadeiro arquivo histórico pelotense. São vários tipos de correspondências, como exemplo, são os ofícios informativos de posse de novas diretorias de clubes de futebol, instituições de ensino, colégios, associações culturais e beneficentes – material que tendo recebido o correto tratamento informacional, poderia servir de subsídio para diversos tipos de pesquisas, acadêmicas ou não.

Outra característica da Loja no que diz respeito ao seu acervo, é que esta possui objetos que ainda desempenham suas funções ou “usos originais”, mas poderiam pelas suas características estar inseridos no museu – dentre eles podemos citar bustos, quadros e móveis. Em quase todas as suas dependências, esses objetos ainda são utilizados, fazendo com que o espaço compreendido como museológico possa ser bem maior que somente a sala do museu.

2.2 - Suas colunas: arquivismo e colecionismo

Nota-se através de relatos colhidos de vários membros da instituição, que os itens do museu sempre estiveram separados da biblioteca e que documentos como atas, balaústres, diplomas e correspondências, depois de determinado tempo, são armazenados no museu. Tais processos aproximariam as atividades do museu às dos arquivos de maneira geral.

Devido aos processos de organização da Loja, como cadastros e registros internos, existe um grande número de documentos, sendo importante aqui relacionar essas fontes de informação como itens legítimos de memória. Nas palavras de Duarte (2006):

Quando se fala de arquivo, associam-se a ele conceitos de documentos e de informação. Essa é a base para o entendimento de seu contexto. Não importa o tipo de informação que foi gerado e não se pode depreciar um dado informacional em detrimento de outro. No final, ter-se-á concebido um documento de arquivo, que deverá receber tratamento a partir dos mecanismos que lhe facilitem o acesso e a recuperação da informação guardada e por ele contextualizada.

Desta forma, a valorização deste acervo arquivístico, que não somente descreve a vida da instituição maçônica, mas a vida e a história da cidade de Pelotas, deve ser considerada indispensável, sobretudo como insumo para a produção de conhecimento.

Os arquivos, públicos ou privados, são antídotos contra o esquecimento. Depositários da memória, cultura e história de uma sociedade, trazem à luz o conhecimento, reavivam lembranças, servem ao tempo presente assim como o fizeram no passado. Abrigam documentos raros ou simplesmente guardam os vestígios de uma atividade ou função no decorrer de sua existência. (CARNEIRO, 2003, p. 1)

Outra característica da instituição maçônica em questão – que também não deixa de ser um hábito muito comum na sociedade de maneira geral – é a tendência de coletar e conservar peças e utensílios, formando os acervos e coleções. Tais ações nos remetem ao fenômeno do “coleccionismo”. Através destas coleções, podemos elaborar diferentes formas, interpretações e utilidades, ligadas a várias áreas do conhecimento, sem necessariamente ver somente o aspecto maçônico dos itens.

Para Pomian (1997), uma coleção é: “(...) qualquer conjunto de objetos mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas sujeitas a uma proteção especial num local fechado preparado para este fim e exposta ao olhar”. Esse conjunto de objetos, muitas vezes é a evidência que os atos de colecionar e selecionar acabam inserindo na instituição itens que aparentemente não tem relação com o acervo. É o caso de uma pequena e não identificada peça de cerâmica, que compõe o acervo do Museu Rocco Felipe. Este item, que se desconhece até a utilidade, tem forma zoomórfica, parecendo apresentar a face de um pequeno rato ou preá.



Figura: 8 – Pequena peça de cerâmica.
Fonte: Acervo autor, 2010.

O ato de guardar ou colecionar objetos que acabou formando o acervo do Museu Rocco Felipe, está marcado por características e motivos diferenciados. Segundo o Sr. Barcellos, um aspecto que pode ser importante para explicar parte do acervo, é o fato de, não de forma normativa, mas sim, motivado por simples escolha individual, muitos maçons pedem aos seus familiares que os itens maçônicos sejam devolvidos para sua loja após sua “passagem para o oriente eterno”³¹. Notamos então a doação, possivelmente sem um padrão organizacional institucionalizado, mas que traz consigo um acréscimo numérico ao acervo.

³¹ Terminologia que indica a morte de um maçom. (PUSCH, 1982)

2.3- A chave da prudência

Ao falarmos do Museu Rocco Felipe, nos deparamos com uma característica inerente a qualquer instituição maçônica, o caráter privado, reservado, por que não dizer sigiloso. A Maçonaria é composta por filosofias e simbolismos, sendo que seus significados são ocultos para o “mundo não maçônico”. Mas apesar disso, não é verdadeiro afirmar que esta entidade siga a privação total e irrestrita de sua história e bens.

Segundo o ex-Venerável Sr. Barcellos ³², “a instituição é mais discreta do que realmente secreta”. Mesmo assim, no que tange ao seu museu, temos o fato de não se poder ter acesso irrestrito, suas visitas são esporádicas e limitadas, optando-se, assim, pela privação da acessibilidade universal a diferentes públicos – que como argumentarei mais adiante, diverge profundamente das descrições e regulamentos nacionais referentes aos museus.

Relacionado a isso podemos analisar alguns conceitos de público-privado, porém não é o interesse entrar na área jurídica de propriedade, mas sim nas relações do acesso e espaço privado e público, para com isso demonstrar a peculiaridade na qual esta experiência museológica se encontra. Neste sentido, podemos citar Bobbio (1989, p. 33): “público” se entiende manifesto, abierto al público, realizado frente a espectadores, y por “privado” lo opuesto, lo que se dice o se hace em un círculo restringido de personas, en secreto.”

Já com base na dinâmica do urbanismo, o espaço público é um local que todos podem e tem direito de utilizar, como ruas e parques, ao passo que no espaço privado existem algumas formas de restrição, sejam elas de acesso ou circulação, como hospitais e escolas. Conforme Hertzberger (1999, p. 12), “(...) pública é uma área acessível a todos a qualquer momento; a responsabilidade pela sua manutenção é assumida coletivamente. Privada é uma área cujo acesso é determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa, que tem a responsabilidade de mantê-la”. Com base nestas perspectivas, seria possível problematizar com mais clareza a demarcação das fronteiras entre o que é “público” e “privado” quando se trata de museus.

Os acervos e suas coleções sempre tiveram e tem relação com o poder, a posse (RAMOS, 2003), o privado e o particular. Nos séculos XVI e XVII na Europa, surgiram através

³² Sr. Claudiomar Barcellos, maçom, ex-Venerável da Loja Fraternidade, iniciado em 11 de novembro de 1951.

das elites grandes coleções onde somente aqueles escolhidos ou convidados pelo proprietário tinham permissão de adentrar. Com certeza os museus receberam muitas influências das coleções particulares e acervos privados, tanto que são inúmeros os museus existentes, regularmente constituídos de caráter privado-particular (FALCÃO, 2009). Mas o que dizer de um museu marcado pelas características únicas de uma instituição maçônica?

Entro aqui em uma relação conceitual pouco percebida, que gera uma complexa e problemática discussão. Em primeiro lugar, ao falarmos em “privado”, sabemos que existe em todos os museus o ato da escolha, da preferência, o que a entidade quer expor (FILHO, 2009). Sabemos também, que é inviável em uma grande instituição museológica, expor a totalidade de seu acervo e se pensarmos em objetos guardados ou “armazenados” em uma reserva técnica, temos ali a demonstração de uma preferência e escolha. Dessa maneira, impõe-se a questão: será que todos os museus permitem sem restrição o contato do público em geral, com “todas” as peças de seu acervo?

Alguns museus naturalmente se defenderiam, argumentando sobre a dificuldade organizacional para tal, ou simplesmente trariam à tona a própria questão da segurança. Neste caso, existe sim uma restrição que poderá fazer com que em um ambiente museológico, algumas peças nunca sejam expostas, o que não deixa de caracterizar-se, em certa medida, em um ato de “privação”. Assim podemos questionar: Como caracterizar e conceituar um museu privado, que é restrito ao público em geral e no qual a discricão faz parte de sua filosofia?

O conceito de ‘privado’ está mais próximo de particular e íntimo, por outro lado, o de ‘privativo’ está ligado ao exclusivo, próprio e restrito. No que tange ao museu Rocco Felipe, alguns mais radicais, em face à sua característica fechada, simplesmente diriam que não é museu. Mas independente da denominação, esse acervo continua integrado em uma questão conceitual peculiar, a de pertencer a uma instituição particular de caráter privativo.

Não é a função deste trabalho criar uma conceituação ou tipologia para o museu em questão, mas simplesmente demonstrar que temos neste caso uma instituição museológica que em sua característica organizacional e administrativa se aproxima muito da forma embrionária que deu origem aos museus, as coleções particulares. No caso do Museu Rocco Felipe, é atribuição da perspectiva museológica, criar possibilidades de reorganização da instituição visando a abertura deste patrimônio à sociedade.

CAPÍTULO 3: O MUSEU E A LEGISLAÇÃO

O Brasil tem no Estatuto Nacional de Museus a legislação para auxiliar a organização e padronização sistemática do que realmente é conceituado como museu. O Museu Rocco Felipe é uma das instituições que em sua organização diverge das diretrizes atualmente instituídas. Neste capítulo, demonstro e analiso alguns destes distanciamentos e possíveis ações para estabelecer uma experiência museológica. Além disso, apresento algumas sugestões para um aproveitamento e enquadramento deste importante patrimônio cultural do município de Pelotas.

3.1- Museu x Estatuto

Para dar início ao processo de comparação da estrutura e gestão do Museu Rocco Felipe com o Estatuto Nacional de Museus (ENM), é importante descrever, de forma breve, o desenvolvimento das políticas nacionais de museus até a confecção do Estatuto em 2009. Será abordado como o Brasil nos últimos anos investiu no avanço das áreas das políticas públicas relativas ao campo museológico.

No ano de 2003 o Ministério da Cultura Brasileiro propôs uma sistematização da política voltada aos museus, para isso buscou o diálogo com vários segmentos culturais, nascendo sugestões, que uma vez amplamente discutidas e aceitas, deram sustentação para implementação da Política Nacional de Museus (PNM)³³. No mês de maio daquele ano foi lançado pelo MinC o caderno “Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania”, que exibia as bases da política do governo para o setor, iniciando-se assim um importante processo para o desenvolvimento da museologia nacional.

³³ Política Nacional de Museus - Elaborada pelo Ministério da Cultura juntamente com a comunidade museológica – 2003-2006 (BELTRÃO, 2010, p. 22).

No texto de introdução das bases da Política Nacional de Museus, destaca-se a preocupação e importância da salvaguarda das instituições museológicas caracterizadas pela heterogeneidade temática e conceitual – neste sentido poderíamos enquadrar aqui o museu maçônico em questão neste trabalho:

Numa sociedade complexa como a brasileira, rica em manifestações culturais diversificadas, o papel dos museus, no âmbito de políticas públicas de caráter mais amplo, é de fundamental importância para a valorização do patrimônio cultural como dispositivo estratégico de aprimoramento dos processos democráticos. A noção de patrimônio cultural, do ponto de vista museológico, implica a abertura para o trato com o tangível e o intangível, a dimensão cultural pressuposta na relação dos diferentes grupos sociais e étnicos com os diversos elementos da natureza, bem como no respeito às culturas indígenas e afro-descendentes. (Bases da Política Nacional de Museus, 2003, p. 7)

A PNM conta com um programa de sete segmentos que visam o estímulo às ações e projetos museológicos, são eles: a gestão e configuração do campo museológico; democratização e acesso aos bens culturais; formação e capacitação de recursos humanos; informatização de museus; modernização de infraestruturas museológicas; financiamento e fomento para museus; aquisição e gerenciamento de acervos museológicos.

No dia 5 de novembro de 2004, através do decreto 5.264, é criado o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), ficando responsável por articular os museus, inserindo ações de desenvolvimento museológico, elaborando subsídios para uma rede de intercâmbio e colaboração por meio de uma ferramenta de fundamental importância, o Cadastro Nacional de Museus (CNM). O CNM serve para conhecer e integrar os museus e fundamentalmente contribuir com diagnósticos do setor, delimitar o desenvolvimento de pesquisas e o planejamento de ações.

Dentre os avanços anteriores à legislação do ENM, relacionamos ainda a Portaria Normativa nº 1, de 5 de julho de 2006³⁴, que dispõe sobre a elaboração de Planos Museológicos

³⁴ COREM 1R- Conselho Regional de Museologia 1º Região - Publicado no DOU de 11/07/2006.

nos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A partir de então é obrigatório na gestão das instituições a elaboração deste instrumento que determina a missão, diretrizes, orientações, atividades e projetos em museus.

No dia 14 de janeiro de 2009 é sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Estatuto Nacional dos Museus, lei nº 11.904, criando e definindo regras que visam a regulação da definição do conceito de museus, estabelecendo normas e procedimentos para futuras instituições, além de identificar suas funções e regular as atividades. Ao relacionar seus artigos, com as características atuais do Museu Maçônico Rocco Felipe, já nos deparamos com a problemática descrita anteriormente, quanto ao seu “caráter privativo”. Nas disposições gerais do Artigo 1º, que determina o que por lei seria museu, observamos a necessidade de abertura ao público, que também é vista como um dos princípios fundamentais dos museus no artigo 2º, a necessidade da universalidade do acesso (Estatuto Nacional de Museus, Art. 2, 2009).

Outra característica deficitária do Museu Rocco Felipe é a inexistência de documentação – algo muito comum nas instituições museológicas, ainda hoje. Referente aos acervos, o Artigo 39 do Estatuto descreve: “manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários”. Ainda sobre inventário, o ENM ressalta: “os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência” (Estatuto Nacional de Museus, Art. 39, 2009).

A ausência dos documentos constitutivos, tais como, estatuto, regimento, documento oficial esclarecendo sua missão, sua permanência e seu caráter, representa uma falta de planejamento organizacional que contraria o Estatuto no que diz respeito ao regimento e áreas básicas do museu. Vemos isso no seu artigo 18: “As entidades públicas e privadas de que dependam os museus deverão definir claramente seu enquadramento orgânico e aprovar o respectivo regimento” (Estatuto Nacional de Museus, Art. 18, 2009).

Na seção referente à difusão cultural e o acesso à instituição, o Artigo 35 do Estatuto dos Museus diz: “os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente” – o que não ocorre no Museu Maçônico. Deve-se

assegurar que o museu e seu acervo estejam disponíveis a todos, durante horários aceitáveis e períodos regulares.

No tocante à organização dos museus, o Artigo 44, afirma a necessária criação de um plano museológico e no artigo seguinte temos a descrição do por que dessa necessidade:

O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade. (Estatuto Nacional de Museus, Art. 44, 2009).

Saliento que uma das finalidades do ENM é buscar a qualificação da política de preservação e aquisição de acervos, e sobre este aspecto, podemos fazer uma relação do Estatuto com outro importante documento, o Código de Ética para Museus do Conselho Internacional de Museus - ICOM³⁵. No item a respeito de aquisição de coleções do Código de Ética do ICOM, é posto que “a aquisição de objetos ou espécimes fora da política estabelecida pelo museu só deve ser feita em circunstâncias excepcionais”. (Código de Ética para Museus. ICOM, 2004). A carência de uma política organizada de aquisição faz com que ocorra a obtenções de itens divergentes do ideário do museu – relembro aqui a peça de cerâmica de procedência indefinida que faz parte do acervo do Museu Maçônico Rocco Felipe, mencionado anteriormente.

Seguindo pelo Código de Ética do ICOM, podemos ainda destacar mais um assunto polêmico, o conflito ético. Segundo o Código: “um museu jamais deve exigir que os profissionais ajam em conflito com as disposições deste Código de Ética, com a legislação nacional em vigor ou com outro código de ética especializado”. Contudo, em uma instituição de gestão particular seu administrador de maneira equivocada pode acabar ordenando que peças sejam simplesmente destruídas ou descartadas, algo que muitas vezes em museus considerados públicos também

³⁵ Código de Ética Profissional do ICOM, aprovado na 15ª Assembléia Geral do ICOM realizada em Buenos Aires, Argentina, em 4 de novembro de 1986. Foi revisado na 20ª Assembléia Geral realizada em Barcelona, Espanha, em 6 de julho de 2001, e aprovado na 21ª Assembléia Geral realizada em Seul, Coréia do Sul, em 8 de outubro de 2004.

ocorre, retornando assim a fundamental necessidade, mencionada anteriormente, quanto à documentação, sobretudo no que se refere às normas de descarte de acervo.

Devido aos seus atributos diferenciados, o Museu Maçônico Rocco Felipe não emprega as normas que implicam na caracterização de “museu” para nosso país, conforme o Estatuto Nacional dos Museus. Tal espaço se assemelha a várias instituições seculares que tem em seu domínio acervos e doutrinas diferenciadas, os quais estarão envolvidos nestes mesmos conflitos, sendo indispensável para sanar este distanciamento, o trabalho museológico de estruturação ou reestruturação da instituição.

3.2 - Faça-se a luz

É o intuito deste subcapítulo, trazer sugestões que contemplem no futuro, um projeto de reorganização do Museu Rocco Felipe. Esse trabalho impreterivelmente deve passar pela organização descrita nos regimes aplicáveis aos museus segundo o Estatuto Nacional de Museus, principalmente no que tange a parte documental da instituição. Conforme afirma Batista (2010, p. 38), “os museus, como qualquer instituição, precisam de lei, decreto ou ato de criação para funcionar, assim como de estatuto, regimento interno, normas e procedimentos”.

Existe no Museu Rocco Felipe uma carência recorrente em muitas instituições museológicas, referente à falta de organização jurídica e documental, que leva a instituição à ilegalidade. Para essa organização um dos primeiros passos seria a elaboração do Ato de Criação do Museu, que vem a ser o documento posterior à análise e aceitação de um projeto, no caso, o da própria criação do Museu. Não podemos deixar de levar em consideração que os membros da Loja Maçônica já o consideram e o denominam como museu, sem o fazer com atos normativos legais.

Outros indispensáveis documentos são, o Regulamento Interno, que irá regular as atividades institucionais do museu como a organização, objetivos, natureza e estruturas; e o Termo de Extinção, que irá estabelecer o que será feito com lotação de funcionários e acervo com o término do museu. Por fim, seria necessária a criação da principal ferramenta de gestão de museus, o Plano Museológico, que consiste no documento que demonstrará os vários aspectos da instituição, sua função, finalidade, valores, programas e até mesmo o público que se quer atingir.

Para a confecção do Plano Museológico deve haver a participação de um grupo multidisciplinar, além de estar prevista sua constante revisão, com base em prazos pré-determinados.

No início do ano de 2010, foi apresentado para os membros da Loja Fraternidade nº 3 um projeto³⁶ que visava iniciar o processo de inventário e organização das peças do Museu Rocco Felipe. Após sua aceitação, deu-se início ao trabalho que resultou na catalogação de milhares de itens. Esse inventário possibilitou a confecção do livro tomo³⁷, documento indispensável para a organização dos itens do Museu. Nas palavras de Moraes e Sales (2010, p. 27), “o tombamento visa à manutenção das características físicas dos bens e por muito tempo foi o único instrumento utilizado na esfera institucional para proteger o patrimônio”.

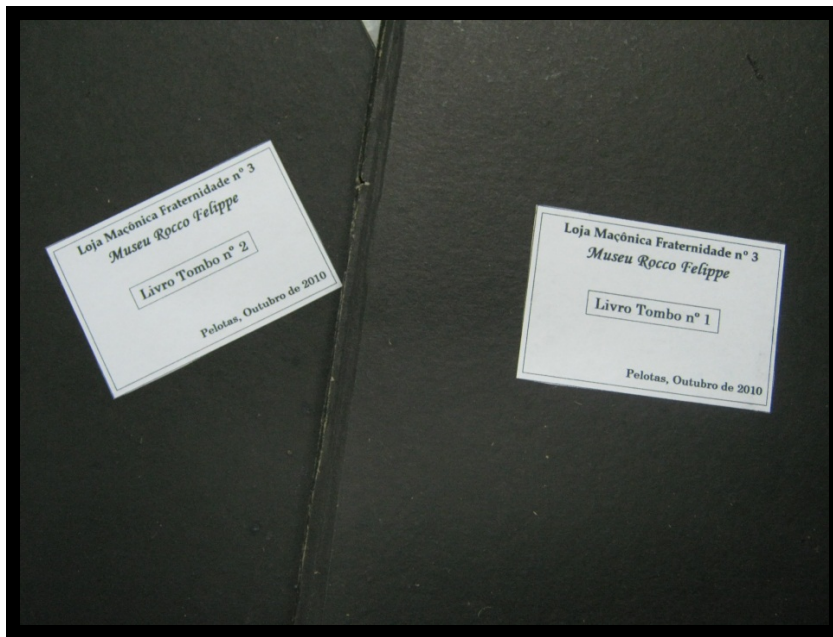


Figura 09 – Livros Tombo.
Fonte: Acervo autor, 2010.

Como segunda parte deste projeto, atualmente confecciona-se fichas de registro do acervo. Posteriormente será elaborado um diagnóstico da instituição, referente à infraestrutura do museu, descrevendo e determinando as carências mais urgentes.

Outra maneira de trazer idéias e sugestões para um enquadramento, ou melhor aproveitamento dos itens e bens desta instituição, é observar exemplos de outras entidades de mesma tipologia que conferem acessibilidade ao acervo e organização para expor e receber o

³⁶ No dia 9 de fevereiro de 2010, foi apresentado para a apreciação dos membros da Loja Fraternidade um projeto de inventário do acervo do Museu Rocco Felipe. Esse projeto, confeccionado pelo autor desta monografia, foi aprovado e teve como resultado o inventário de 3.435 itens.

³⁷ É o livro de registros organizacional dos acervos que constituem uma coleção.

público em geral. São inúmeras as lojas maçônicas de diferentes “Orientes” que tem em seu poder acervos inestimáveis, e mesmo com seus discretos princípios, trabalham com as possibilidades e nuances para tal “universalização” de seus acervos.

Um exemplo de museu maçônico organizado e bem sucedido é o Museu Maçônico Português, localizado no Palácio Maçônico à Rua do Grêmio Lusitano nº 25 em Lisboa. A instituição foi fundada em 1984, sendo vinculada ao Grande Oriente Lusitano (GOL), que tem sua criação em 1802. Pra compreender melhor esta instituição, vemos aqui a intenção e as características do Museu Maçônico português:

O Museu Maçônico Português é uma instituição que, através das peças que tem expostas, retrata a História do país e da Europa nos últimos duzentos cinquenta anos. Como museu tem por função de proteger, interpretar e informar sobre os objectos e ideias do passado e através deles fazer uma ponte para o presente. O Museu Maçônico Português é um Museu histórico, especializado, cujo património, raro e insubstituível, tem uma relação estreita com a História portuguesa e europeia, e daí a importância das exposições que apresenta³⁸.



Figura: 10 - Loja Maçônica Lusitana.
Fonte: Projeto da FACUL³⁹.

³⁸ Fonte: Site Grêmio Lusitano, Museu do Oriente Lusitano. Em < http://www.gremiolusitano.eu/?page_id=11 > Acesso: 05 maio 2011.

O museu contempla a comunidade com exposições temporárias e permanentes, aberto de segunda a sexta das 14:30hs às 17:30hs, ordenando e articulando assuntos e tópicos considerando a faixa etária dos visitantes.



Figura 11– Exposição- Museu Maçônico Lusitano
Fonte: Site do GOL



Figura: 12- Museu Maçônico Lusitano
Fonte: Projeto da FACUL⁴⁰

O Diretor do Museu Maçônico Português, Dr. Antônio Lopes, relata⁴¹ que a instituição é membro do ICOM, registrado em várias instituições em Portugal e outros países, sendo considerado um museu de âmbito nacional. A entidade faz planejamento anual, tendo carta de princípios, normas internas e também comuns a outros museus portugueses.

O Museu do GOL tem em seu quadro uma equipe organizada de trabalho além de estruturada uma política de aquisição de acervos. No que diz respeito à visitação, o Sr. Lopes relata que os números de visitantes constam no Instituto Nacional de Estatística, entidade oficial dedicada a este fim em Portugal. Segundo o diretor do museu, no ano de 2010 foram cerca de 2000 visitas relatadas. Suas exposições referem-se a temas maçônicos ou da própria história portuguesa, sendo que suas mostras podem ser realizadas em outras instituições.

Outro exemplo que pode ser observado, aqui mesmo no Brasil, é da Loja Maçônica União Constante, localizada na Av. Silva Paes nº 380, município de Rio Grande-RS. A Loja tem

³⁹ Projeto Marcas das Ciências e das Técnicas nas Ruas de Lisboa. FACUL- Faculdade de Ciências Universidade de Lisboa- Portugal : <http://marcasciencias.fc.ul.pt/pagina/projecto#Introducao>

⁴⁰ Projeto Marcas das Ciências e das Técnicas nas Ruas de Lisboa. FACUL- Faculdade de Ciências Universidade de Lisboa- Portugal. <http://marcasciencias.fc.ul.pt/pagina/projecto#Introducao>

⁴¹ Informações cedidas pelo Diretor do Museu Maçônico Português, Sr. Lopes, através de correio eletrônico, dia 14/03/2011.

acervo composto de livros, correspondências, medalhas, quadros e outros diversos itens do trabalho maçônico. Aparentemente a Loja não credita a seu acervo o título de memorial ou museu, mesmo assim, seus itens são organizados, e expostos, possibilitando que a entidade proporcione à comunidade a visitação, que é marcada antecipadamente.



Figura: 13 – Acervo da Loja Maçônica União Constante.
Fonte: Livro Histórico da Loja União Constante, 2010.

Todas as normas e sugestões aqui apresentadas podem ser acolhidas pelos membros da Loja Fraternidade N° 3, como ferramenta para uma organização estruturada, que visa possibilitar uma adequação do museu às normas museológicas, brasileiras e internacionais. Naturalmente todas estas informações somente serão úteis se existir por parte da Loja, o interesse de levar o Museu Rocco Felipe a este nível de desenvolvimento.

Com este aceite, o mais importante e indispensável para a instituição, será a viabilização de dois principais aspectos, o acervo e o acesso. Como descrito anteriormente, o acesso atualmente é limitado, não universal, devido principalmente a não organização do acervo do museu. Uma solução possível é a formação de uma comissão de maçons para que de forma coerente decidam quais os itens são passíveis de exibição, para assim definir as condições de acesso.

Se por um lado vemos o Museu Maçônico Português, com mais tempo e experiência no desenvolvimento museológico, também notamos a simplicidade e organização da exposição do acervo da Loja União Constante. Nota-se então, que pequenas ações, se realizadas pelo Museu Maçônico Rocco Felipe, já dariam início a uma mudança conceitual de atitude, que o levaria a ser uma instituição importante de memória da Maçonaria brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou demonstrar a necessidade fundamental de organização das instituições museológicas conforme as normas vigentes no Brasil. O Museu Maçônico Rocco Felipe, é uma instituição privada, que se caracteriza pelo aspecto privativo de seu acervo, ou seja, seus itens lá estão para serem contemplados e apreciados somente por membros da Maçonaria, estando em grande parte do tempo fechado para o público em geral e permanecendo assim, desconhecido da grande maioria da população.

Devido às especificidades do museu, nos deparamos com aspectos conceituais bem complicados, tais como, tecer diferenças entre questões da natureza do privado e privativo e caracterizar a instituição como passível da denominação de museu, segundo os preceitos do Estatuto Nacional de Museus. O caráter privado dos museus é um aspecto conhecido e trabalhado no Brasil, tais instituições se caracterizam por serem entidades particulares. Já o museu Rocco Felipe além do aspecto privado de seu acervo, apresenta um perfil privativo – a palavra “exclusivo” aqui, representa bem esta realidade.

De maneira organizada, o caráter privativo do Museu Maçônico Rocco Felipe pode ser reformulado, não ferindo suas características, e ainda assim, demonstrando aos seus gestores o ganho institucional que a entidade pode ter. Para suplantar este desafio é necessário aprofundar-se nas questões organizacionais. No Brasil as políticas nacionais voltadas aos museus são recentes, ainda não abrangem ou mesmo privilegiam a maioria dos museus nacionais. Este é o exemplo do Museu Maçônico Rocco Felipe, que como muitas instituições antigas, deve se aprofundar neste importante processo de gestão, e tornar-se indubitavelmente um verdadeiro museu.

Atualmente, podemos observar que não são poucas aquelas entidades que se autodenominam museu. Isso se deve ao fato de que antigamente, sem nenhuma regulamentação, podiam-se criar facilmente – e de maneira irresponsável – museus. Como consequência disso, sua relação com a sociedade poderia estar restrita apenas a passividade, ou seja, nem sempre buscava-se alcançar a atenção e o reconhecimento, não cumprindo assim, sua função básica de

estar a serviço da sociedade. Neste sentido, poderíamos afirmar que tais museus não deveriam ainda ser considerados como instituições públicas, em essência.

No caso do Museu Rocco Felipe, deve-se lembrar que os membros da Loja Maçônica Fraternidade nº3 denominaram as suas coleções ou grupo de itens, como “museu”. Estamos diante, dessa forma, de relações de poder expressas pela individualidade das escolhas de um determinado grupo social. Esses interesses devem ser cuidadosamente analisados, assim como o interesse da entidade sobre possíveis melhorias no museu, para com isso, trabalhar respeitando tais critérios de escolha.

As possibilidades de reestruturação do museu vão além da adequação documental e normativa da instituição maçônica, podendo-se utilizar também, uma significativa e importante parte de seu acervo, os arquivos documentais. A Loja Maçônica Fraternidade nº3, tem em seus itens um histórico de correspondências do final do século XIX, recebidas pelas lojas que se uniram para criar a Loja atual. Essa troca de informações institucionais é representada por ofícios de posse de novas diretorias, comunicados de eventos e informativos, que em sua maioria, não se enquadram como itens de cunho maçônico, por advirem de indústrias, associações avícolas, colégios, fábricas, bandas de música, associações espíritas e clubes de futebol, profissionais e amadores. Estes acervos seriam de grande valia pelas informações neles contidas, podendo servir de subsídio para estudos e pesquisas acadêmicas, pois retratam parte do passado histórico da cidade de Pelotas.

No que se refere ao restante do acervo, uma outra possibilidade é a formação de um grupo de maçons que viabilizem o processo de escolha dos itens que podem ser exibidos, conforme seus princípios. De qualquer maneira, existe a visível necessidade da ação dos profissionais da área da museologia, conservação e preservação do patrimônio, pois, mesmo que de forma bem intencionada, o leigo não sana os problemas relativos aos itens do acervo.

O trabalho do profissional nas instituições museológicas não é constituído por um roteiro previamente concebido, da mesma forma que não é o museólogo que o fará sozinho. Cada entidade, instituto ou museu tem delineados seus interesses, normas e concessões, e por mais que o profissional não concorde, existe sim a necessidade de adotar linguagens multidisciplinares, e através delas criar um consenso para a realização de um processo positivo.

Com certeza não é um processo simples, mas neste percurso o profissional cresce como administrador e agregador, ganhando a experiência e sensibilidade necessária para ver que um

museu é constituído por diversas pessoas. Dessa maneira, nota-se que o processo de reestruturação ou reorganização de instituições museológicas, passa pela capacidade não só de organização dos órgãos ou gestores do museu, mas também da sensibilidade de superar os desafios necessários e principalmente de respeito com os grupos ou sociedades que fazem parte da tipologia ou ideologia do museu.

O Museu Rocco Felipe, como muitas instituições, tem carências e necessidades com relação à gestão museológica, mas com os atributos de uma organização, tem grande potencial para ser uma das pioneiras no processo de articulação dos acervos da Maçonaria com a sociedade em geral.

Fontes Primárias

BRASIL. **Estatuto Nacional de Museus**. Texto do Decreto Lei Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm Acesso em 16 de jan. 2011.

ICOM. **Código de ética para museus**. Disponível em: http://www.icom.org.br/codigo_etica_port.pdf Acesso em: 25 fev. 2011.

Informações Orais adquiridas em conversas na Loja Fraternidade Nº 3 com os Srs. : Sr. Claudiomar Lopes Barcellos, dia 3 de janeiro de 2011; Sr. Allan Kardec Brasil da Gama, dia 24 de março de 2011.

MUSEU ROCCO FELIPPE. **Balaústre** Nº. 1447. 1º de Abril de 1960.

_____. **Balaústre** Nº. 1448. 6 de Abril de 1960.

LOJA FRATERNIDADE Nº 3. **Ato** Nº 02/96. Dispõe a nova denominação do nome do Museu da Loja Fraternidade Nº 3. 20 de Abril de 1996.

OLIVEIRA, Alípio Batista. **O Templário**, Pelotas, 7 de Setembro de 1922, p. 7—8, nº. 11. A Maçonaria em Pelotas.

Referências Bibliográficas

BASES DA POLITICA NACIONAL DE MUSEUS. Ministério da Cultura, março, 2003. Disponível em : <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/09/bases-para-a-politica-nacional-de-museus.pdf> Acesso em: 20 mar. 2010.

BATISTA, Regina. **Museus: patrimônios de todos** . Recife . Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, p. 38, 2010.

BELTRÃO, Lia. O museu integrado - **Museus: patrimônios de todos**. Recife. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, p.22, 2010 .

BOBBIO, Norberto. **Estado, Gobierno y Sociedad. Por una teoría general de lá política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. 243 p.

CARNEIRO, Juno Alexandre Vieira. Imagens Decompostas: O Acervo Fotográfico do Arquivo Público Mineiro. **Mneme -Revista de Humanidades**. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v.4 , n.7 , 2003.

CARVALHO, Willian Almeida de. Pequena História da Maçonaria no Brasil. **Revista de Estudos Históricos de La Masoneria** - Latinoamericana e Caribenã. v.2 , n. 1, 2010.

COLUSSI, Eliane. **Plantando Ramas de Acácia: A Maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX**. 1998. 489p. Tese (Doutorado em História)- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COSTA, Ricardo da. Do fim do Mundo Antigo à Alta Idade Média (100-600 d.c.). **International Studies on Law and Education** . 7 jan-abr , Universidade do Porto, Porto, 2011.

DELMONTE, Priscila Villela. **Prática de Grêmios Literários no Instituto Metodista Granbery de Juiz de Fora** – Instituições dentro da Instituição (1907-1956). 2010. 127p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei.

DUARTE, Zeny. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio**, Porto, Portugal, v. V-VI, p. 141-151, 2006-2007.

FALCÃO, Andréa, Museu como lugar de memória. **Revista Digital Salto para o Futuro**, Ano XIX . Rio de Janeiro, n. 3, 2009. Disponível em : www.tvbrasil.org.br/salto . Acessado em: 08 mai. 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda –**Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**- 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008. 895p.

FILHO, Durval de Lara. Museu objeto e informação. **TransInformação**, Campinas, p.163-169, 2009.

GHIRA, João Carvalho. Origem e Evolução das Confrarias. Disponível em: <http://bagosdeuva.blogspot.com/2011/01/origem-e-evolucao-das-confrarias.html> Acessado em: 01 Fev. 2011.

GOMES, Karin Dronk Nachornik Vieira. **Análise econômica do contrato de seguro: Em busca do equilíbrio das relações jurídicas entre seguradora e segurado**. 2006. 156p. Dissertação (Mestrado em Direito Impresarial) Faculdades Integradas, Curitiba.

GRÊMIO LUSITANO. Museu Maçônico Português – Site Grande Oriente Lusitano 2010. Disponível em : http://www.gremiolusitano.eu/?page_id=11 Acessado em: 03 Mai. 2011.

HERTZBERGER, H. **Lições de arquitetura**. 2 ed. São Paulo: Martins fontes, 1999. 272p.

KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda Mútua: Um fator de evolução.** São Sebastião: Editora A Senhora, 2009. 271p.

LIMA, A.G. **Manuscrito Brasileiro.** 9 ed. Porto Alegre: Barcellos, Bertasso & Cia – Livraria do Globo, 1930. 170p.

LOJA MAÇÔNICA UNIÃO CONSTANTE. **Livreto.** União Constante 1840-2010, 170 Anos. Rio Grande, 2010. 50p.

LOJA MAÇÔNICA UNIÃO CONSTANTE, Disponível em :
<http://www.uniaoconstante.com.br/>. Acessado em: 06 de abr. 2011.

MORAES, Lúvia; SALES, Fabiana. Patrimônio: um conceito plural - **Museus: patrimônios de todos-** Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.1 ed. Recife, 2010.

MORETTI, Fernando. **Maçonaria nas Américas.** São Paulo: Escala, 2009. 112p.

POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS. **Relatório de gestão 2003-2006** / Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, p. 144, 2006.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In **Enciclopédia Einaudi.** Vol 1- Memória História. Imprensa Nacional . Casa da moeda. 1997.

PUSCH, Jaime. **ABC do Aprendiz.** 2 ed. Tubarão ,1982. 146p.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz, A memória, a história e as instituições da memória. **Revista Humanidades**, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 5-8, jan./jun, 2003.

SILVA, Siéllysson Francisco da. Nem preto nem branco, apenas para pardos. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – **Revista de Humanidades**. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais Acessado em: 30 Mar. 2011.

SILVA, Vanderlei. **A participação da Loja Maçônica Perseverança III na educação escolar em Sorocaba: Do final do segundo reinado ao final da primeira república**. 2009. 107p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Sorocaba, Sorocaba.

TAVARES, Marcelos dos Reis – **Revista Brasileira das Religiões- Anais do 1º Encontro do GT Nacional de História das Religiões e Religiosidades** – ANPUH- Entre a cruz e o esquadro: Igreja Católica e Maçonaria na imprensa de Franca (1882-1901). São Paulo, Ano III, n. VIII, 2010.

TONINI, Carla. Três fazem o grupo – O ternário, o colégio, a convergência. **Revista Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v.18, 2003.

ANEXOS

Anexo A: Projeto de Inventário dos itens do Museu Rocco Felipe.

Pelotas, 9 de fevereiro de 2010

Projeto Museu Rocco Felipe

Introdução:

No interesse de cultivar, conservar e preservar a memória da Fund.: Sesq.: Gr.: Ben.: Aug.: e Resp.: Loj.: Simb.: Fraternidade nº 3, de rica história, desde o erguimento da Loja Honra e Humanidade em 1855, da associação com a Loja Rio Branco e Loja Lealdade do então distrito de Capão do Leão no ano de 1915, surgindo em 1923 a denominação Fraternidade nº 3 foi proposto um projeto de organização do acervo histórico encontrado no Museu Rocco Felipe e também no acervo que se localiza nas demais dependências desta justa e perfeita Loja de São João.

O Museu Rocco Felipe que tem o nome em homenagem ao 1º Venerável da Loja Fraternidade é composto de várias peças, entre elas: fotos, retratos, diplomas, documentos, álbuns, móveis e etc...

O projeto museológico visa o inventário das peças, seu tombamento, a limpeza, o acondicionamento e o restauro, para além da estruturação do patrimônio, em tempo hábil criar o interesse dos irmãos da Loja para um debate relacionado com as políticas de identidade, ação e doação.

Para tal foi convencionado para melhor execução e organização a criação de pré-projetos, estes direcionados para o trabalho por etapas, sendo necessário como 1º tarefa o inventário do acervo.

1º Pré - Projeto – Inventário

Objetivos:

Como primeiro passo para o projeto de estruturação da memória da Loja Fraternidade nº 3, teremos a tarefa de inventário das peças que fazem parte do acervo do Museu Rocco Felipe, esta será realizada através da criação do que é chamado de “boneco”, que nada mais é do que um livro ou caderno onde é realizado o esboço ou rascunho do livro final de tombamento das peças o “Livro Tombo”, neste será colocada uma numeração de registro, o nome “O que é a peça?“, o número antigo’ “se este

existir”, Observações “Simplesmente quando a peça fizer parte de um conjunto”, Doador-Procedência.

Neste momento não é necessário saber detalhes do que está sendo inventariado, como estado de conservação ou a utilidade da peça.

Previsão do período de trabalho:

Em recente trabalho no Museu Municipal de São Lourenço do Sul, ao ser realizado o inventário da instituição, para 400 peças foram necessários 12 horas de trabalho, com o número de 3 integrantes.

Será de fundamental importância que o grupo interessado em ajudar, esteja em horário usual de funcionamento da Loja, podendo o mesmo ser organizado não necessariamente em datas coincidentes.

Material:

O material necessário para tal é de um caderno de cem folhas, canetas e luvas cirúrgicas para o manuseio das peças, para aquele integrante que tem “sensibilidade ao pó” seria interessante utilizar máscara.

Observação: *Nota-se que a loja tem um vasto acervo histórico, e este não se encontra somente no museu, assim o trabalho de inventário poderia após a intervenção na instituição museal, deslocar-se para as demais dependências.*

Projeto em fase de avaliação

Márcio Dillmann de Carvalho

Anexo B: Foto Museu Rocco Felipe



